

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

TÍTULO V CONSEQÜÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO E CONSEQÜÊNCIAS DA PRESTAÇÃO DO INDÉBITO

PARTE I CONSEQÜÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO

CAPÍTULO I CONSEQÜÊNCIAS GERAIS DO INADIMPLEMENTO

§ 3.102. PRECISÕES.....	57
1. Dívida e adimplemento. 2. Pretensão à indenização de perdas e danos. 3. Imputabilidade e não-imputabilidade da falta. 4. Impurgabilidade originária e impurgabilidade superveniente da mora	

§ 3.103. PRETENSÃO A PERDAS E DANOS POR INADIMPLEMENTO	69
1. Impossibilidade superveniente da prestação e indenização. 2. Inadim- pimento e adimplemento não satisfatório. 3. Impossibilitação super- veniente à mora. 4. Ilícito absoluto e inadimplemento	

CAPÍTULO II ILÍCITO ABSOLUTO COMO INFRAÇÃO DE DEVER

§ 3.104. ILÍCITO ABSOLUTO E DEVERES ABSOLUTOS.....	79
1. Espécies de ilícito absoluto. 2. Fatos ilícitos absolutos e fatos ilícitos relativos	

§ 3.105. INADIMPLENTO DE DEVER ABSOLUTO	84
1. Infrações. 2. Dano e responsabilidade	

§ 3.106. LEGITIMAÇÃO À PRETENSÃO ORIUNDA DE DANO	88
1. Ofendido e ofensor. 2. Terceiro legitimado	

CAPÍTULO III

DEVER DE INDENIZAR

§ 3.107. FONTE E CONCEITO	93
1. Fonte. 2. Conceito de indenização. 3. Espécies de danos. 4. Pretensão ao adimplemento e pretensões indenizatórias. 5. Restauração em natura. 6. Restauração contabilística ou pelo valor	

§ 3.108. INDENIZAÇÃO POR DANO NÃO PATRIMONIAL	104
1. Conceito. 2. Fundamento da responsabilidade. 3. Pormenorizações conceptuais	

§ 3.109. LEGITIMADO ATIVO NAS DÍVIDAS DE INDENIZAÇÃO	116
1. Princípio da incolumidade da pessoa e dos bens. 2. Sucessão na legitimação	

§ 3.110. DANO CAUSADO A TERCEIRO	120
1. Indenizabilidade. 2. Dificuldade de aplicação dos princípios. 3. Relação jurídica entre o titular da indenização e terceiro	

§ 3.111. DE COMO SE MEDE O DANO INDENIZÁVEL	126
1. Dano e extensão do dano. 2. Danos imediatos e fatos posteriores. 3. Lucros cessantes. 4. Fatos posteriores e danos mediatos. 5. Momento em que o juiz há de apreciar a extensão e o valor do dano. 6. Dívidas ilíquidas. 7. Indenizações em dinheiro. 8. Compensação de lucros. 9. Indenização de velho pelo nôvo	

CAPÍTULO IV

CLÁUSULA PENAL

§ 3.112. CONCEITO E ESPÉCIES	145
1. Promessa de prestação de pena. 2. Promessa independente de submissão a pena. 3. Precisoões. 4. Cláusula penal em fortalecimento	

	de dívida alheia. 5. Cláusula penal a favor de terceiro. 6. Institutos que se não confundem com o da cláusula penal. 7. Forma da cláusula penal	
§ 3.113.	LIMITAÇÕES LEGAIS ÀS CLÁUSULAS PENAIS.....	155
	1. Distinção preliminar. 2. Limitação legal do importe da cláusula penal substitutiva. 3. Limitação legal do importe da cláusula penal cumulativa. 4. Penas excessivas	
§ 3.114.	ATO QUE COMPÕE O SUPORTE FÁCTICO PARA INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA PENAL	163
	1. Ato ou omissão. 2. Pena concernente a inadimplemento total. 3. Pena restrita a determinada cláusula do negócio jurídico	
§ 3.115.	EM QUE MOMENTO O PROMITENTE INCORRE NA PENA	167
	1. Incurção na pena. 2. Espécies de prestação da dívida principal. 3. Sorte da cláusula penal acessória	
§ 3.116.	QUE É QUE SE TEM DE PRESTAR INCORRIDA A PENA	172
	1. Soluções “a posteriori”. 2. “Facultas alternativa” e pena negocial. 3. Pena pecuniária e pena não pecuniária. 4. Redução da pena	
§ 3.117.	SUBSTITUTIVIDADE E CUMULATIVIDADE	178
	1. Cláusula penal acessória e dívida principal. 2. Código Civil, arts. 918 e 919. 3. Pluralidade de cláusulas penais	
§ 3.118.	DÍVIDAS DE PRESTAÇÃO INDIVISÍVEL E DÍVIDAS DE PRESTAÇÃO DIVISÍVEL	181
	1. Indivisibilidade. 2. Divisibilidade	
§ 3.119.	PRESTAÇÃO PARCIAL E PRESTAÇÃO DA PENA.....	182
	1. Redutibilidade da prestação. 2. Pré-exclusão da redutibilidade	
§ 3.120.	ÔNUS DA PROVA.....	186
	1. Pena negocial acessória. 2. Pena negocial independente	
§ 3.121.	EXTINÇÃO DA DÍVIDA DE PENA	187
	1. Extinção da dívida principal. 2. Impossibilitação por culpa do devedor. 3. Resolução ou resilição por inadimplemento. 4. Ressalva e falta de ressalva da pretensão à pena. 5. Prescrição	

CAPÍTULO V

EXCEÇÕES DE CONTRATO
NÃO ADIMPLIDO, DE CONTRATO
ADIMPLIDO INSATISFATÒRIAMENTE
E DE INSEGURIDADE

§ 3.122. EXIGÊNCIA DE ADIMPLENTO E EXCEÇÃO	193
1. Situação de insatisfação do devedor. 2. “Inadimplenti non est adimplendum”	
§ 3.123. FONTES ROMANAS	195
1. Os textos. 2. Questões surgidas no direito comum	
§ 3.124. CONCEITOS E NATUREZA	197
1. Conceitos. 2. Natureza. 3. Pluralidade de credores. 4. Contra qual pretensão se opõe a exceção. 5. Pluralidade de contratos	
§ 3.125. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO ADIMPLIDO E DIREITO DE RETENÇÃO.....	203
1. Confusão de conceitos. 2. Convenção sôbre a recusabilidade	
§ 3.126. CONTRATOS BILATERAIS E INADIMPLENTO	205
1. Conceito. 2. Tempo da prestação e tempo da contraprestação. 3. Conseqüências da oposição da exceção. 4. Sistemas jurídicos defeituosos	
§ 3.127. EXCEÇÃO “NON RITE ADIMPLETI CONTRACTUS”	210
1. Preciões. 2. O que incumbe ao atingido pela exceção. 3. Persistência no inadimplimento ruim	
§ 3.128. EXERCÍCIO DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO ADIMPLIDO E DA EXCEÇÃO DE CONTRATO ADIMPLIDO INSATISFATÒRIAMENTE	213
1. Nascimento da exceção. 2. Julgamento da demanda a despeito da oposição da exceção. 3. Processo executivo e exceção “non adimpleti contractus” ou “non rite adimpleti contractus”. 4. Conseqüências do inadimplimento e eficácia do exercício da exceção. 5. Eficácia em relação a terceiros. 6. “Ônus da prova”. 7. Relação entre a alínea 1. ^a e a alínea 2. ^a do art. 1.092 do Código Civil. 8. Se surge pretensão ao adimplimento antecipado. 9. Mora e oblação	

§ 3.129. EXCEÇÃO DE INSEGURIDADE	224
1. Texto legal. 2. Pressupostos. 3. Exceção, e não pretensão. 4. Responsabilidade do excipiente. 5. Exceção de insegurança e vencimento antecipado	
§ 3.130. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	230
1. Código Civil, art. 1.092, alínea 2. ^a , 2. ^a parte. 2. Conseqüências da dupla omissão do credor-devedor	
§ 3.131. EXTINÇÃO DAS EXCEÇÕES	231
1. Causas de extinção. 2. Adimplemento não satisfatório. 3. Exceção de insegurança	

PARTE II

CONSEQÜÊNCIAS DA PRESTAÇÃO DO INDÉBITO

CAPÍTULO I

ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO

§ 3.132. CONCEITO.....	237
1. Justificação do enriquecimento. 2. Enriquecimento sem causa e enriquecimento injustificado. 3. Precisoões conceptuais	
§ 3.133. COMPOSIÇÃO DO SUPORTE FÁCTICO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO	243
1. Enriquecimento e suas espécies. 2. Prejudicado volente. 3. Prejudicado não volente	
§ 3.134. NASCIMENTO DO DIREITO À REPETIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO	251
1. Direito, pretensão e ação. 2. Patrimônios especiais	
§ 3.135. ATRIBUIÇÕES PATRIMONIAIS E FALTA DE JUSTIFICAÇÃO.....	253
1. Justificação da atribuição. 2. Enriquecimento sem causa e pretensões. 3. Condición por disposição sem direito ou sem poder. 4. Resolução e resilição. 5. Pensamento antigo e pensamento moderno	
§ 3.136. (I) "CONDICTIO INDEBITI"	257
1. Enriquecimento com o indébito. 2. Anulação e pretensão por enriquecimento injustificado. 3. Solução do indevido. 4. Prestação sem dever,	

	ciente quem presta. 5. “Condictio ob causam datorum”. 6. Conteúdo do art. 969 do Código Civil. 7. “Condictio furtiva”	
§ 3.137. (II) “CONDICTIO OB CAUSAM IMITAM”		271
	1. Causa que existiu e acabou. 2. Êrro e “condictio”	
§ 3.138. (III) “CONDICTIO OB CAUSAM NON SECUTAM” OU “CONDICTIO CAUSA DATA CAUSA NON SECUTA”		275
	1. Causa que se não perfaz. 2. Resultado que se não realizou e “condictio”. 3. Conteúdo do ato e fim. 4. Falha do fim. 5. Casos em que não há a “condictio ob causam datorum”. 6. Prova	
§ 3.139. (IV) “CONDICTIO OB TURPEM VEL INIUSTAM CAUSAM”		281
	1. Conceito. 2. Nulidade do negócio jurídico e condicção. 3. Pluralidade de beneficiados. 4. Prestação “condicionis implendae causa”. 5. Negócio jurídico declaratório e condicção	
§ 3.140. (V) CONDICÇÃO POR DISPOSIÇÃO SEM DIREITO, OU SEM PODER DE DISPOR		285
	1. Disposição sem direito ou sem poder de dispor. 2. Liberação do devedor adimplente a terceiro e “condictio”	
§ 3.141. ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO E NEGÓCIOS JURÍDICOS ABSTRATOS		288
	1. Abstração e causa. 2. “Dolo facit qui petit quod redditurus est”	
§ 3.142. INVERSÕES, OU GASTOS POR OUTREM, E ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, POR DISPOSIÇÃO OU ATO DE TERCEIRO		292
	1. Inversões e gastos por outrem. 2. Características das espécies	
§ 3.143. CONHECIMENTO DA FALTA DE JUSTIFICAÇÃO		293
	1. Conhecimento da injustificação. 2. Princípio do conhecimento supletivo	
§ 3.144. SUPORTE FÁCTICO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO.....		297
	1. Suporte fáctico do enriquecimento injustificado. 2. Obtenção de algo (primeiro pressuposto). 3. Ter sido o enriquecimento a expensas de outrem (segundo pressuposto). 4. Ter havido relação imediata entre o enriquecido e o prejudicado (terceiro pressuposto). 5. Discussão em torno do terceiro pressuposto. 6. Êrro, se voluntária a solução	

§ 3.145. PRETENSÃO PELO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO (NATUREZA)	310
1. Pretensão por enriquecimento injustificado é pretensão pessoal. 2. Alienação do bem recebido. 3. Pretensão extraordinária contra o terceiro. 4. Enriquecido que estava de má fé	
§ 3.146. SUJEITO PASSIVO DA PRETENSÃO POR ENRIQUECIMENTO	315
1. Determinação do sujeito passivo. 2. Legitimação passiva do terceiro. 3. Legitimação do terceiro quanto aos bens móveis. 4. Pretensão contra terceiro: se é subsidiária ou concorrente	
§ 3.147. OBJETO DA PRESTAÇÃO	321
1. Que é que se há de restituir. 2. Importe do crédito de restituição. 3. Prestação do objeto ou do valor. 4. Frutos, acessões, benfeitorias e deteriorações. 5. Teoria das duas “condictiones” e teoria do saldo. 6. Prejuízos causados ao enriquecido. 7. Falta de causa para o enriquecido e aquisição por terceiro	
§ 3.148. AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO	331
1. Natureza pessoal da pretensão e da ação de enriquecimento injustificado. 2. Início da responsabilidade do enriquecido. 3. Ação pessoal e restituição em natura. 4. Legitimado passivo da ação pessoal. 5. Concorrência de ações	
§ 3.149. SE HÁ EXCEÇÃO PELO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO	339
1. Prescrição da pretensão pelo enriquecimento injustificado e exceção. 2. Crítica à solução positiva e à negativa. 3. Recusa da prestação	

PARTE III

DÍVIDAS E TERCEIROS

CAPÍTULO I

PROMESSA DE PRESTAÇÃO DE TERCEIRO

§ 3.150. TERCEIRO E PROMESSA DE OUTREM	343
1. Direito romano. 2. Conceitos	
§ 3.151. PROMESSA DE DÍVIDA DE OUTREM E PROMESSA DE ADIMPLENTO POR FATO DE OUTRO	345
1. Distinção. 2. Alternatividade	

§ 3.152. INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	347
1. Preliminares. 2. Regra jurídica interpretativa implícita	

CAPÍTULO II

ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO

§ 3.153. ORIGENS E CONCEITO.....	351
1. Relações inter-humanas e estipulação a favor de terceiro. 2. Direito romano. 3. Sistemas jurídicos retardados. 4. Doutrina do direito comum. 5. Codificações do século XVIII e comêço do século XIX. 6. Direito francês e sistemas jurídicos similares. 7. Conceito. 8. Natureza do negócio jurídico e do direito do terceiro	
§ 3.154. PRESSUPOSTOS DAS ESTIPULAÇÕES A FAVOR DE TERCEIRO..	366
1. Intenção dos figurantes. 2. Contrato envolvente e estipulação. 3. Determinação da pessoa do terceiro. 4. Forma da estipulação a favor de terceiro	
§ 3.155. OBJETO DA ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO.....	369
1. Prestação. 2. Relação jurídica entre o promitente e o terceiro	
§ 3.156. INSTITUTOS PARECIDOS COM A ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO	371
1. Estipulação a favor de terceiro e representação. 2. Elementos do negócio jurídico e da estipulação inserta. 3. Plano da existência e plano da eficácia	
§ 3.157. FIGURAS QUE SE NÃO CONFUNDEM COM A ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO.....	373
1. Contrato impróprio a favor de terceiro. 2. “Solutionis causa adiectio”. 3. Assunção de adimplemento. 4. Assinação. 5. Assunção de dívida alheia. 6. Doação “sub modo”	
§ 3.158. ESPÉCIES DE ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO.....	377
1. Contratos impróprios a favor de terceiro. 2. Exame das espécies de estipulações a favor de terceiro. 3. Negócios jurídicos dispositivos e estipulação a favor de terceiro. 4. Seguro de vida e contrato a favor de terceiro. 5. Capacidade para o terceiro adquirir em virtude de seguro de vida. 6. “Non conceptus” e seguro. 7. Beneficiário do seguro, morto antes do segurado. 8. Seguros marítimos. 9. Quota social e contrato a favor de terceiro	

§ 3.159. AQUISIÇÃO DO DIREITO E DA PRETENSÃO PELO TERCEIRO ...	388
1. Imediata aquisição. 2. Tempo da aquisição e determinações inexas. 3. Herança e estipulação a favor de terceiro. 4. Circunstâncias posteriores à aquisição do direito. 5. Objeções e exceções oponíveis ao terceiro pelo promitente	
§ 3.160. PROMISSÁRIO E PRETENSÕES APÓS A PROMESSA	395
1. Vínculo entre figurantes e eficácia a favor de terceiro. 2. Natureza do direito do promissário	
§ 3.161. RECUSA PELO TERCEIRO.....	398
1. Conceito. 2. Mudança de nome e de conceito. 3. Recusa ineficaz por extemporânea	
§ 3.162. RESOLUÇÃO NEGOCIAL DO PACTO A FAVOR DE TERCEIRO	402
1. Terminologia. 2. Reserva inserta no contrato	
§ 3.163. SUBSTITUIBILIDADE DO TERCEIRO FAVORECIDO.....	407
1. Solução de regramento dispositivo. 2. Aquisição do direito e substituíbilidade. 3. Solução do direito brasileiro. 4. Favor ao terceiro para o caso de morte do promissário	

CAPÍTULO III

CONTRATOS COM EFICÁCIA PROTECTIVA PARA OS TERCEIROS

§ 3.164. CONCEITO.....	413
1. Figura nova no direito privado. 2. Dever de diligência ou de proteção	
§ 3.165. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS COM EFICÁCIA PROTECTIVA PARA O TERCEIRO	418
1. Preliminares. 2. Distinção básica	

CAPÍTULO IV

EFICÁCIA QUANTO A TERCEIROS

§ 3.166. POSIÇÃO PRECISA DO PROBLEMA	423
1. Espécies de eficácia. 2. Eficácia de efeitos. 3. Direitos pessoais e eficácia	

§ 3.167. DIREITOS, DEVERES, PRETENSÃO E AÇÕES E SUA EXTENSÃO A TERCEIROS	427
1. Eficácia de direitos. 2. Eficácia de dívidas e sua extensão a terceiros. 3. Análise de espécies principais. 4. Eficácia de ações (demandas) e extensão a terceiros	

PARTE IV

FUNÇÃO DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES FINAIS SÔBRE TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

§ 3.168. PERSPECTIVA	435
1. Teoria Geral das Obrigações. 2. Teoria Geral das Dívidas. 3. Direito das Obrigações	
§ 3.169. RELAÇÃO JURÍDICA DE CRÉDITO COMO TODO.....	438
1. Relação jurídica e irradiações. 2. Dever de prestar e cerne. 3. Extinção da dívida e consequência posterior da causa de extinção	
§ 3.170. CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO.....	441
1. Direito à prestação. 2. Contratos reais. 3. Mútuo e comodato	
§ 3.171. DETERMINAÇÃO DA PRESTAÇÃO	446
1. Precisão do conceito para o Direito das Obrigações. 2. Prestação em bem ou em valor	
§ 3.172. DÍVIDAS PECUNIÁRIAS (DINHEIRO-FIM, DINHEIRO-MEIO)	449
1. Valor nominal e valor de poder aquisitivo. 2. Curso legal e curso forçado. 3. Valor aquisitivo e indenização. 4. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor. 5. Conceito de dívidas de valor	
§ 3.173. MUDANÇA DE VALOR E ATITUDES LEGAIS E NEGOCIAIS	453
1. Regras jurídicas sobre mudança de valor aquisitivo. 2. Dívidas de valor de fonte não negocial. 3. Dívidas de valor de fonte negocial. 4. Cláusulas corretivas ou adaptativas	
§ 3.174. CURSO LEGAL, CURSO FORÇADO E CLÁUSULAS NEGOCIAIS ...	462
1. Dívidas de moeda estrangeira. 2. Moeda e prestação de valor. 3. Cláusula-ouro em negócios jurídicos escapos à legislação brasileira. 4. Dívidas executáveis no Brasil e moeda estrangeira	

§ 3.175. NEGÓCIOS JURÍDICOS E CLAUSULAÇÃO ESCALAR	468
1. Mútuo. 2. Locação de imóveis. 3. Salários. 4. Seguros. 5. Serviços ao público	

CAPÍTULO II

DÍVIDA, ADIMPLEMENTO E TUTELA JURÍDICA

§ 3.176. AÇÃO E TUTELA JURÍDICA.....	473
1. Ordenamento jurídico e proteção de direito público. 2. Execução voluntária e execução forçada	
§ 3.177. TUTELA JURÍDICA E ESTADO	475
1. Estado e indivíduo. 2. Justiça arbitral	
§ 3.178. AÇÕES E DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	476
1. Ações oriundas de negócios jurídicos criadores de dívidas. 2. Ações cautelares	

CAPÍTULO III

COMPROMISSO E JUÍZO ARBITRAL

§ 3.179. CONCEITO DE COMPROMISSO	479
1. Conceito. 2. Direito grego. 3. Direito romano. 4. Direito moderno. 5. Permissão da arbitragem	
§ 3.180. ESPÉCIES DE COMPROMISSO.....	483
1. Judicialidade e extrajudicialidade. 2. Compromissos exteriores e compromissos interiores. 3. Compromisso judicial	
§ 3.181. QUAL A NATUREZA DO COMPROMISSO E DO NEGÓCIO JURÍDICO COM OS ÁRBITROS	488
1. Natureza do compromisso. 2. Dois negócios jurídicos distintos: o compromisso e o contrato arbitral. 3. Necessariedade e voluntariedade do compromisso. 4. Cláusula compromissória. 5. Incomprometibilidade e suas conseqüências. 6. Cláusula penal	
§ 3.182. PRESSUPOSTOS DO COMPROMISSO.....	494
1. Generalidades. 2. Pressupostos especiais do negócio jurídico. 3. Cláusulas não essenciais	
§ 3.183. (A) LITÍGIO OU LITÍGIOS JÁ PENDENTES OU FUTUROS	496
1. Determinação do que se há de decidir. 2. Âmbito da questão	

§ 3.184. (B) NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS	497
1. Nomeação no compromisso. 2. Nomeação protraída	
§ 3.185. (C) FORMA DO COMPROMISSO.....	498
1. Direito material e direito processual. 2. Precisoões. 3. Direito material e direito processual	
§ 3.186. IRRADIAÇÃO DE EFEITOS COMPROMISSAIS	499
1. Eficácia do compromisso. 2. Natureza do procedimento arbitral. 3. Eficácia da decisão arbitral. 4. Incapacidade, morte e outras circunstâncias	
§ 3.187. EFICÁCIA E INEFICÁCIA DO COMPROMISSO.....	507
1. Negócio jurídico do compromisso. 2. Ineficácia do compromisso. 3. Árbitro, falta ou impedimento. 4. Incompetência “ratione temporis”. 5. Incapazes e testamento. 6. Falecimento do árbitro ou da parte. 7. Ausência do árbitro. 8. Declaração de incompetência feita pelos árbitros	

SEÇÃO II

ARBITRAGEM

§ 3.188. CONCEITO DE ÁRBITRO	513
1. Árbitro e arbitrador. 2. Arbitramento e arbitragem. 3. Número de árbitros, desempatador e sobreárbitro. 4. Negócio jurídico entre os compromitentes e o árbitro. 5. Dever de decidir. 6. Falta do desempatador	
§ 3.189. CAPACIDADE PARA SER ÁRBITRO	518
1. Textos legais. 2. Natureza da incapacidade para ser árbitro. 3. Incapazes por direito civil. 4. Analfabetos. 5. Estrangeiros. 6. Parte. 7. Expressão em língua portuguesa. 8. Direitos políticos	
§ 3.190. SUSPEIÇÃO DO ÁRBITRO; ESCRIVÃO	522
1. Remissão ao direito processual. 2. Fundamento da remissão. 3. Arguição da suspeição. 4. Escrivão do juízo arbitral, no direito anterior e no vigente	
§ 3.191. FUNÇÃO DO ÁRBITRO.....	524
1. Decisão e aplicação da lei. 2. Origens do juízo arbitral. 3. Regramento estatal. 4. Relação jurídica entre os compromitentes e o árbitro. 5. Eficácia para cumprimento. 6. Estabelecimento de relação jurídica entre os compromitentes e o árbitro. 7. Eficácia do julgamento. 8. Documentos e autos. 9. Relação jurídica processual. 10. “Ingresso estatal” do julgado arbitral	

§ 3.192. PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	535
1. Prazos. 2. Cópias. 3. Audiência de instrução e debate. 4. Julgamento. 5. Empate. 6. Pressupostos do laudo. 7. Despesas	
§ 3.193. REMISSÃO AO DIREITO PROCESSUAL COMUM.....	538
1. Lacunas da legislação processual sobre juízo arbitral. 2. Espécies mais relevantes. 3. Confissão perante o juízo arbitral. 4. “Declaração” da decisão arbitral. 5. Sanação das nulidades processuais. 6. Nulidade e ineficácia	
§ 3.194. NULIDADE E INEFICÁCIA DO LAUDO ARBITRAL.....	544
1. Nulidades derivadas de nulidade do compromisso ou da nomeação. 2. Nulo, anulado, ou ineficaz o compromisso, nulo o laudo arbitral. 3. Podêres dos árbitros. 4. Árbitros nomeados em desacôrdo com o compromisso. 5. Violação do direito em tese. 6. Processo e equidade. 7. Nulidades correspondentes às nulidades e às rescindibilidades das sentenças. 8. Laudo arbitral proferido fora do prazo. 9. Depósito in- tempestivo do laudo arbitral. 10. Requisitos sentenciais do laudo. 11. Sentença arbitral e processo. 12. Ineficácia. 13. Violação do art. 1.038 do Código de Processo Civil	

SEÇÃO III

HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO ARBITRAL

§ 3.195. PRELIMINARES.....	554
1. Espécies de homologação e homologação de decisão arbitral. 2. “Execução”. 3. Derrogação do art. 1.045 do Código Civil. 4. Cumprimento do laudo antes da homologação. 5. Conceito de cumprimento	
§ 3.196. COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA HO- MOLOGADA.....	559
1. Regra jurídica geral. 2. Pluralidade de juízes competentes para a ho- mologação	
§ 3.197. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO.....	561
1. Ação de homologação. 2. Pedido de homologação. 3. Pedido por tôdas as partes. 4. Pedido de homologação e procedimento de ofício	
§ 3.198. PRAZO PARA O DEPÓSITO DO LAUDO.....	565
1. Laudo e via homologatória. 2. Depósito necessário. 3. Constituição do juízo homologatório	

§ 3.199. NULIDADE DO COMPROMISSO E DA NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS DECRETADA PELO JUIZ HOMOLOGANTE.....	568
1. Decretação de nulidade do compromisso. 2. Limites do julgamento. 3. Nomeação dos árbitros	
§ 3.200. RECURSO EM ARBITRAGEM	569
1. Distinção preliminar. 2. Homologação	
§ 3.201. EXTINÇÃO DO COMPROMISSO.....	571
1. Compromisso e vontade dos compromitentes. 2. Nulidade e anulabilidade. 3. Perda de objeto. 4. Atos processados no juízo arbitral. 5. Pacto “de compromittendo”	

Pontes de Miranda

TRATADO DE DIREITO PRIVADO

PARTE ESPECIAL

TOMO XXVI

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Consequências do inadimplemento.
Exceções de contrato não adimplido,
ou adimplido insatisfatoriamente, e de insegurança.
Enriquecimento injustificado. Estipulação a favor
de terceiro. Eficácia protectiva de terceiro.
Mudanças de circunstâncias. Compromisso

Atualizado por
Ruy Rosado de Aguiar Júnior
Nelson Nery Jr.

EDITORA  100 anos
REVISTA DOS TRIBUNAIS

REFERÊNCIA:

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado:** parte especial. Atualizado por Ruy Rosado de Aguiar Júnior [e] Nelson Nery Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. 26. (Coleção Tratado de Direito Privado).